



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Procuradoria-Geral de Justiça

PORTARIA NORMATIVA Nº 718, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre a implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS,
no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, desenvolvido e cedido gratuitamente pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região – TRF4, como processo eletrônico administrativo, ferramenta institucional de gestão arquivística de documentos do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em substituição ao Sistema Gestão de Documentos Digitais – Tabularium.

Art. 2º Fica criada a Comissão Gestora do Sistema Eletrônico de Informações – SEI-MPDFT, que terá a seguinte composição:

- I – Secretário-Geral;
- II – Secretário de Tecnologia da Informação;
- III – Secretário de Gestão de Pessoas;
- IV – Secretário de Planejamento;
- V – Coordenador de Documentação e Informação;
- VI – Chefe da Secretaria de Suporte Administrativo/PGJ;



Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Procuradoria-Geral de Justiça

VII – 1 (um) Chefe de Gabinete de Coordenadoria Administrativa das Promotorias de Justiça, indicado pelo presidente da comissão; e

VIII – 1 (um) servidor indicado pela Assessoria de Políticas Institucionais – API.

§ 1º A comissão terá como presidente o Secretário-Geral do MPDFT e como secretário, o Coordenador de Documentação e Informação.

§ 2º Em caso de ausência, afastamento ou impedimento, os integrantes da Comissão indicarão os seus substitutos.

Art. 3º Compete à Comissão Gestora do Sistema Eletrônico de Informações – SEI/MPDFT:

I – coordenar os trabalhos de implantação, manutenção e evolução do sistema;

II – indicar os fluxos de atividades a serem mapeados, considerando as peculiaridades do sistema;

III – definir procedimentos para a utilização do sistema;

IV – definir o tratamento dos procedimentos e documentos registrados no Sistema de Gestão de Documentos Digitais – Tabularium;

V – identificar demandas de capacitação dos usuários do sistema;

VI – propor ao Procurador-Geral de Justiça o estabelecimento de políticas e normas que garantam o adequado funcionamento do sistema;

VII – encaminhar ao TRF4 as solicitações de melhorias e desenvolvimento de funcionalidades, bem como acompanhar o andamento de demandas;

VIII – orientar os usuários internos e externos quanto à utilização do sistema;

IX – realizar outras atividades atinentes ao papel do usuário gestor/comissão gestora, descritas na Portaria Normativa DG nº 114, de 10 de dezembro de 2015;

X – convidar representantes de outras unidades e/ou instituições para participarem das reuniões da Comissão como colaboradores;

XI – constituir grupos de trabalho para realizar estudos técnicos, a fim de assessorar a decisão da Comissão.



Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Procuradoria-Geral de Justiça

Art. 4º A Comissão reunir-se-á mediante convocação de seu Presidente, em data, horário e local acordado entre a maioria simples de seus integrantes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO